

Seminário Comemorativo **40**
ANOS
cepes
PESQUISAS

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais

DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA MESORREGIÃO
DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA
VOLUME 2 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO MUNICIPAL



UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS
MAIO DE 2017

**Universidade Federal de Uberlândia - UFU**

Valder Steffen Júnior

Reitor

Instituto de Economia - IE

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES

Rick Humberto Naves Galdino

Coordenador

Coordenação do Relatório

Vanessa Petrelli Corrêa

Relatores

Volume 1 - Luiz Bertolucci Júnior

Volume 2 - Alanna Santos de Oliveira

Volume 3 - Alanna Santos de Oliveira

Volume 4 - Alanna Santos de Oliveira

Ester William Ferreira

Volume 5 - Ana Alice B. P. Damas Garlipp

Volume 6 - Rick Humberto Naves Galdino

Volume 7 - Thiago Calado Kobayashi

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos relatores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEPES/IEUFU.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais não são permitidas.

Citação deste volume:

OLIVEIRA, A. S. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP. In: CORRÊA, V. P. (Org.). Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: CEPES/IEUFU, V. 2, maio 2017. 36 p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/CEPES>

Caro(a) Leitor (a),

O levantamento elaborado e publicação de dados estatísticos de caráter econômico social assumem especial relevo nas sociedades em esforço de desenvolvimento acelerado, onde o acompanhamento imediato de sua complexa realidade, possibilita melhor orientação na utilização de seus disputados recursos.

Prof. Sebastião Buiatti¹

É com muita satisfação que disponibilizamos esta publicação que marca os 40 anos de fundação do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais – CEPES. Criado em 17 de março 1977, o Centro é atualmente um órgão vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

Centro este que tem em sua história a marca de relevantes trabalhos, cumprindo a missão que lhe foi incumbida desde a sua criação, qual seja, a de levantar dados econômico-sociais no intuito de acompanhar as transformações dinâmicas da sociedade.

Esta publicação demonstra o elo com a origem deste órgão, elo este mantido e fortalecido por meio de uma equipe técnica capacitada e em constante qualificação, que, nesses 40 anos, acompanhou e vivenciou diversas transformações na sociedade e nos próprios instrumentos de trabalho com a inserção de novas tecnologias. Desde a sua juventude, o CEPES é parte do Instituto de Economia, vinculado a uma Universidade Pública, o que proporciona aos servidores o benefício de participarem desta comunidade que tem a liberdade e o dever de pensar, tendo como fruto de seus trabalhos as relevantes informações tão caras à sociedade.

Atenciosamente,

Rick Humberto Naves Galdino.
Coordenador do CEPES

¹ Trecho retirado do primeiro número do Boletim de dados Conjunturais – Uberlândia, dezembro de 1978, que consistiu na primeira publicação do CEPES.

Apresentação

A Pesquisa Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba apresenta, nesta edição comemorativa dos 40 anos do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES, um panorama do diferenciado processo de desenvolvimento demográfico, social e econômico experimentado por esta região integrante do Estado de Minas Gerais, composta por 66 municípios. Os resultados da pesquisa são apresentados em sete volumes organizados por áreas de estudo e análise.

No **Volume 1** apresenta-se uma **Análise Demográfica** do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (**TMAP**), tendo como pano de fundo a mudança no padrão populacional brasileiro. Destaca-se o comportamento de algumas variáveis demográficas sobre o tamanho da população, o ritmo de crescimento interno e a posição do TMAP em relação a outras áreas de expansão populacional no Brasil; as diferentes performances experimentadas pelos municípios que integram a mesorregião em estudo, seja no ritmo de crescimento e/ou na composição da população urbana e rural e, por idade e sexo. As seções que compõem esta análise informam que a população do TMAP está experimentando relevantes transformações em tamanho, distribuição e composição, desde a década de 1970. De igual maneira, sinalizam que, nas próximas décadas esta Mesorregião, assim como o País, estará se beneficiando de uma rara janela de oportunidade demográfica. Deve-se, desde já, intensificar as políticas públicas inclusivas que permitam ampla cobertura de população jovem e adulta pelos sistemas de educação média e superior, bem como as ações que dinamizem o mercado de trabalho formal para uma situação de pleno emprego.

No **Volume 2** é dado prosseguimento à caracterização social da mesorregião, apresentando-se uma análise do **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**, com base nos indicadores dos anos 2000 e 2010. Para tanto, feita uma breve introdução acerca do cálculo do referido índice, uma seção se dedica à análise do IDHM no contexto nacional e subnacional (com ênfase para o estado de Minas Gerais), com vistas a subsidiar a apreensão da realidade social da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, objeto de estudo desse trabalho. Conjuntamente aos dados do índice em suas três dimensões, são apresentados demais indicadores sociais que auxiliam na compreensão das transformações positivas experimentadas e evidenciadas pelas variações dos índices. Em seguida, tem-se a seção específica de análise do índice na mesorregião do TMAP, tendo como “pano de fundo” a realidade nacional e subnacional em questão, já que os avanços apresentados pela mesorregião, no âmbito de parte considerável de seus municípios, refletem inequivocamente um potencial de beneficiamento relevante, por parte do

TMAP, das políticas públicas de desenvolvimento e dos avanços sociais que se colocaram em curso a nível nacional, nos anos analisados.

No **Volume 3** é realizada uma caracterização econômica da mesorregião com base nos dados do **Produto Interno Bruto (PIB)**, incluindo-se o PIB per capita e o Valor Adicionado Bruto (VAB). Para tanto, o recorte temporal definido foi de 2002 a 2014, tendo em vista questões metodológicas no próprio cálculo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera o ano 2010 como referência no Sistema de Contas Nacionais. É apresentada uma breve introdução sobre a variável em questão; em seguida, tem-se uma seção dedicada à análise do PIB no contexto nacional, bem como no estado de Minas Gerais, revelando-se o papel dinâmico da mesorregião do TMAP nesses âmbitos, evidenciado tanto por sua relevante participação dentro das territorialidades supracitadas, quanto por sua variação média percentual do produto, positiva e superior às do estado de Minas Gerais e do Brasil. Posteriormente, é realizada uma análise específica da mesorregião, focando seus municípios agrupados por faixas populacionais que são apresentadas no Volume 1 de Análise Demográfica, bem como os cinco maiores em termos populacionais, separadamente. Nesse contexto, é destacada a relevante participação dos cinco maiores municípios, os quais respondem por aproximadamente 60% do Produto da mesorregião, com notada importância para o município de Uberlândia, o qual responde por cerca de 35% do PIB do TMAP. Além disso, evidencia-se o fato de que alguns municípios da mesorregião se encontram entre os maiores PIBs, no agregado, e também per capita, do país. Adicionalmente, chama-se atenção para a importante intersecção entre indústria e agropecuária na mesorregião, a qual tem efeitos importantes que são evidenciados pelo VAB por atividade econômica.

No **Volume 4** é apresentada uma caracterização da mesorregião em termos de sua dinâmica de **Emprego Formal – Vínculos e Estabelecimentos** – na mesorregião do TMAP. Para tanto, a análise é empreendida com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dividindo-a nas dimensões: vínculos e estabelecimentos. No que diz respeito à primeira, são evidenciados os dados de estoque de emprego (vínculos ativos em 31/12) de modo geral, por setor, por tipo de vínculo e por tamanho de estabelecimentos. A análise deste Volume 4 mostrará na década que antecede a atual, ou seja, período 2000-2009, abarcou-se taxas expressivas de crescimento dos vínculos ativos, que culminou em uma média das variações anuais maior que a do período 2010-2015. Com respeito a este último, ressalta-se a primeira retração dos vínculos ativos (tanto no cenário nacional, quanto subnacional) ocorrida em 2015. De um modo geral, também cabe destacar o desempenho superior da mesorregião nesse último interregno comparativamente ao do estado de Minas Gerais e ao do Brasil. Em termos setoriais, realça-se a preponderância do setor de serviços na concentração dos vínculos ativos, e a perda de participação da indústria de transformação. No que diz respeito ao tipo de

vínculo empregatício, a maior distribuição encontra-se nos celetistas, em seguida estatutários. Contudo, chama-se atenção para o aumento da participação de “outros” tipos de vínculos (avulsos, temporários, entre outros). Já com relação ao tamanho dos estabelecimentos, a maior concentração dos vínculos ativos ocorre nos estabelecimentos de menores portes (até 19 empregados), nos casos de Minas Gerais e do TMAP, e nos maiores (mais de 500) no caso do Brasil.

Quanto aos dados do emprego formal sob a dimensão dos estabelecimentos empregadores buscou-se analisar a evolução do número de estabelecimentos na mesorregião do TMAP nos anos 2000 a 2015 a partir das informações da RAIS, segundo a qual são considerados estabelecimentos aqueles que têm registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro Específico do INSS (CEI) e que apresentaram algum empregado em 31/12 de cada ano-base ou que tiveram alguma admissão ou desligamento ao longo do ano. No quadro geral da variação do número de estabelecimentos, verificou-se que a mesorregião experimentou maior incremento dos mesmos no período 2001 a 2009 relativamente ao período 2010-2015, assim como foi observado em âmbito nacional e estadual, com desaceleração e, até mesmo, retração do número de estabelecimentos acentuadas em 2015. No estudo setorial destacaram-se os setores serviços, comércio e construção civil com as maiores taxas médias de variação anual, especialmente no primeiro período, enquanto a indústria de transformação e a agropecuária evidenciaram menor ritmo de crescimento do quantitativo de empregadores formais, principalmente a partir de 2012. A distribuição dos estabelecimentos segundo o seu porte, por sua vez, mostrou que, em todas as faixas de tamanho, predominam os estabelecimentos menores (com até 19 empregados) em cada uma das faixas populacionais da mesorregião, reafirmando a crescente importância dos estabelecimentos de menor porte no dinamismo econômico da região.

No **Volume 5** é apresentado um panorama do **Comércio Internacional** dos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a partir da base de dados Estatísticas de Comércio Exterior da Secretária de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços (MDIC), nos anos de 2000 a 2016. Esses resultados registram o volume das negociações externas realizadas pelo TMAP, bem como sua participação na balança comercial do estado de Minas Gerais, denotando sua importância quanto às exportações de commodities minerais e agrícolas, motivo que insere esta mesorregião em mercados globalizados.

Quanto às exportações do TMAP, observou-se que, dos sessenta e seis municípios que compõem esta mesorregião, quarenta e três exportaram, no período de 2000 a 2016, cujos valores permitiram visualizar suas respectivas participações no total do valor exportado pelo TMAP. A análise se repete quanto às importações, apontando que, dos sessenta e seis municípios, trinta e dois importaram, no mesmo período, cujos valores revelaram suas respectivas participações no total das importações do TMAP. Em seguida, foram dimensionados os principais produtos da pauta de

exportação e importação daqueles municípios que comercializaram com o exterior, identificando quais foram os países de destino das suas exportações e de origem de suas compras, e ainda a evolução do número de empresas exportadoras e importadoras dos municípios mais populosos do TMAP, no período de 2010 a 2016.

No **Volume 6** é apresentado a **evolução dos dados orçamentários**, a partir de dados do “FINBRA - Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios - STN”, no período de 2000 a 2015, para a média de todos os municípios do país, para a média dos municípios do estado de Minas Gerais e para a média dos municípios que compõe a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto-Paranaíba, bem como as médias por classes de municípios de acordo com as faixas populacionais. Diante da multiplicidade de subcontas que compõe os orçamentos públicos, por simplificação, foram selecionadas as mais representativas e importantes nos orçamentos dos municípios, com o intuito de verificar o comprometimento dos municípios com os principais grupos de despesas, assim como, as principais fontes de financiamento, através das receitas.

Em resumo no período analisado, de 2000 a 2015, todos os municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP apresentam aumento da Receita Orçamentária, em termos reais (ajustados pelo IPCA), assim como a média dos municípios do país e do estado. Entre os anos 2000 e 2015 a receita orçamentária dos municípios da mesorregião aumentam suas receitas orçamentárias em ritmo maior que as médias do estado e do país. Quando se compara as taxas médias de variação anual por períodos, nota-se que a mesorregião do TMAP apresenta elevação de sua taxa média no período de 2010 a 2015, enquanto tanto a média dos municípios do estado quanto e a média dos municípios do país experimentam reduções em suas respectivas taxas médias de variação anual das receitas orçamentárias. Comparando as taxas médias de variação anual das receitas orçamentárias, e as taxas médias de variação anual das despesas orçamentárias, verifica-se que no período de 2000 a 2015 as despesas orçamentárias aumentam a taxas médias anuais superiores as apresentadas pelo aumento das receitas, para a média dos municípios do país, para a média dos municípios do estado e para a média dos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto-Paranaíba. Ou seja, na média os municípios desses três recortes apresentam taxas de aumento das despesas maiores que as taxas de aumento das receitas. A íntegra do Volume 6 apresenta quais são as principais subcontas de Receitas e Despesas que mais contribuem para esse panorama.

Dando continuidade ao tema de finanças públicas municipais, o **Volume 7** explora a **execução orçamentária dos maiores municípios** do TMAP. O objetivo geral foi apresentar detalhadamente os principais componentes da receita e da despesa desses municípios, de forma que características gerais possam ser identificadas. Para tanto, o período trabalhado foi entre 2010 e 2015, com os dados recolhidos junto ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor

Público Brasileiro (SICONFI). Além disso, foi apresentado o saldo financeiro ao longo do ano de 2015, a fim de demonstrar o fluxo financeiro por quadrimestre dos municípios analisados, uma vez que tanto a arrecadação como a despesa apresentam movimentos distintos ao longo do ano.

As análises apresentadas em todos os volumes, de forma geral, têm em comum o olhar para os municípios do Triângulo Mineiro e Alto-Paranaíba, a partir dos diferentes aspectos alcançados pelos dados selecionados, assim, considera-se este trabalho um reencontro com a mesorregião e a partir destas análises, que não esgotam o potencial dos dados por ora apresentados, outros estudos serão propostos com intuito de ampliar o conhecimento e detalhamento das especificidades socioeconômicas dos municípios que configuram a mesorregião, o estado de Minas Gerais e o país.

Sumário

1.Introdução	1
2.Análise do IDHM no contexto nacional e subnacional	2
3.Análise do IDHM no contexto da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.....	11
Considerações Finais:.....	23

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Alanna Santos de Oliveira²

1.Introdução

Os dados aqui apresentados referem-se ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), desenvolvido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas) no Brasil, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a Fundação João Pinheiro, a partir da metodologia do IDH Global, utilizando-se das informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): 1991, 2000 e 2010. Conforme colocado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil:

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda, mas vai além: adéqua a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. O IDHM é acompanhado por mais de 200 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal (PNUD, IPEA e FJP, p. 27, 2013).

Levando em consideração as mesmas três dimensões observadas no IDH Global, quais sejam: longevidade, educação e renda, e variando de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano), o índice permite uma importante análise e caracterização dos municípios segundo uma perspectiva notadamente humana e social da noção de desenvolvimento dessas localidades. Ressalta-se que aqui serão apresentados os dados para os municípios componentes da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) apenas para os anos 2000 e 2010³.

Além disso, cumpre destacar que as informações aqui apresentadas traduzem um primeiro esforço de se delinear um perfil socioeconômico da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba com base no retrato específico de dois anos, 2000 e 2010, e tendo por base o IDHM geral, além do IDHM em suas três dimensões separadamente (Renda, Longevidade e Educação).

Também se faz importante ressaltar que não é calculado um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para as mesorregiões do país, por isso, quando tratarmos da mesorregião do

² Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IEUFU). Graduada em Ciências Econômicas pela UFU, Mestre em Economia pela UFU, e Doutoranda em Economia, na linha de Desenvolvimento e Políticas Públicas, pela UFU.

³ Conforme divulgado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2013, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro recalcularam o IDHM, a partir da nova metodologia adotada, para os anos de 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010, de modo que toda comparação entre anos, indicadores e municípios deve ser realizada dentro da plataforma do Atlas Brasil 2013.

Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba neste relatório, falaremos dos índices para os municípios que a compõe. No caso do Brasil, bem como das 27 Unidades da Federação, e também das regiões metropolitanas, o PNUD em conjunto com o IPEA e a FJP, calculam o referido índice não com base em uma espécie de média aritmética, ou mesmo ponderada, dos IDHMs dos municípios que compõem a região em questão; mas sim por meio das respostas do Censo considerando indivíduo a indivíduo que reside no território sob análise. Por exemplo, no caso do Brasil, considera-se o Brasil como se fosse uma espécie de “grande município”, e calcula-se seu IDHM com base nas respostas dadas ao Censo dos residentes entrevistados (todos residentes do “grande município” em questão).

Feita essa breve introdução, a próxima seção apresentará os resultados do IDHM 2000 e 2010 no contexto nacional e subnacional, no caso deste último, com ênfase para o estado de Minas Gerais. Em seguida, teremos uma seção para análise dos índices para os municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Por fim, teremos as considerações finais do trabalho.

2. Análise do IDHM no contexto nacional e subnacional

Antes de centrar a análise especificamente na mesorregião do TMAP, cabe analisar os dados em nível nacional a fim de tecer algumas considerações comparativas que auxiliem posteriormente na apreensão do cenário socioeconômico da meso. De um modo geral, cabe destacar que comparando os índices (IDHM), bem como outros indicadores sociais, entre os anos 2000 e 2010, há claros indícios de transformações positivas na sociedade, que corroboram para o desenvolvimento humano no âmbito das três dimensões analisadas, quais sejam: renda, longevidade e educação.

Todavia, deve-se ressaltar que, embora esse conjunto de dados aqui apresentados revelem inequivocamente uma melhoria nas condições de vida em geral do brasileiro, é fundamental destacar a necessidade de transformações ainda mais profundas, ressaltando, portanto, que o grau de desenvolvimento atingido em algumas dimensões, ainda permite amplo espaço para avanço, fazendo-se necessários, ainda, contínuos esforços, especialmente, no âmbito da formulação de políticas públicas e do seu alcance.

Com respeito a esse último, também cabe destacar a existência de impressionantes diferenciais de desenvolvimento entre regiões do país, notando-se que, por exemplo, as regiões Sul e Sudeste (e no caso do nosso relatório está sendo analisada uma mesorregião dentro desta última) beneficiam-se mais do que a média das regiões dos progressos econômicos e sociais a nível nacional. Portanto, há que se levar em conta as especificidades de cada território do Brasil, a fim de construir-se políticas que mitiguem essas desigualdades regionais, promovendo maior homogeneidade nos termos de distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

Feito esse adendo, cabe agora voltar à análise para os dados do IDHM do país e de suas unidades da federação, conferindo maior ênfase ao caso do estado de Minas Gerais o qual abriga a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, objeto de análise desse trabalho.

No ano 2000, o IDHM Brasil foi de 0,612; e o do estado de Minas Gerais foi de 0,624, ou seja, acima do IDHM nacional, além de ter sido o oitavo maior do país, ficando atrás, respectivamente, do Distrito Federal; São Paulo; Santa Catarina; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Paraná e Espírito Santo, ou seja, com exceção do Distrito Federal, todos estados do Sul ou Sudeste do Brasil. No referido ano, o maior IDHM foi apresentado pelo Distrito Federal (0,725), e o menor pelo estado de Alagoas (0,471).

Já em 2010, o IDHM Brasil foi de 0,727; e o do estado de Minas Gerais de 0,731, novamente, levemente superior ao nacional, além de nono maior do país, ou seja, caindo uma posição relativamente ao IDHM 2000, ficando atrás, respectivamente, Distrito Federal; São Paulo; Santa Catarina; Rio de Janeiro; Paraná; Rio Grande do Sul; Espírito Santo; e Goiás. O maior IDHM foi o do Distrito Federal, 0,824; e o menor, novamente, o de Alagoas com 0,631.

Tabela 1 - IDHM (2000 e 2010), e sua variação, para o Brasil e as Unidades da Federação.

Lugar	Espacialidade	IDHM (2000)	IDHM (2010)	Variação (%)
Maranhão	Estado	0,476	0,639	34,24
Alagoas	Estado	0,471	0,631	33,97
Piauí	Estado	0,484	0,646	33,47
Tocantins	Estado	0,525	0,699	33,14
Amazonas	Estado	0,515	0,674	30,87
Paraíba	Estado	0,506	0,658	30,04
Bahia	Estado	0,512	0,66	28,91
Rondônia	Estado	0,537	0,69	28,49
Sergipe	Estado	0,518	0,665	28,38
Acre	Estado	0,517	0,663	28,24
Ceará	Estado	0,541	0,682	26,06
Pará	Estado	0,518	0,646	24,71
Rio Grande do Norte	Estado	0,552	0,684	23,91
Pernambuco	Estado	0,544	0,673	23,71
Amapá	Estado	0,577	0,708	22,70
Mato Grosso	Estado	0,601	0,725	20,63
Goiás	Estado	0,615	0,735	19,51
Mato Grosso do Sul	Estado	0,613	0,729	18,92
Brasil	País	0,612	0,727	18,79
Roraima	Estado	0,598	0,707	18,23
Minas Gerais	Estado	0,624	0,731	17,15
Espírito Santo	Estado	0,64	0,74	15,63
Paraná	Estado	0,65	0,749	15,23
Santa Catarina	Estado	0,674	0,774	14,84
Rio de Janeiro	Estado	0,664	0,761	14,61
Distrito Federal	Estado	0,725	0,824	13,66
Rio Grande do Sul	Estado	0,664	0,746	12,35
São Paulo	Estado	0,702	0,783	11,54

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

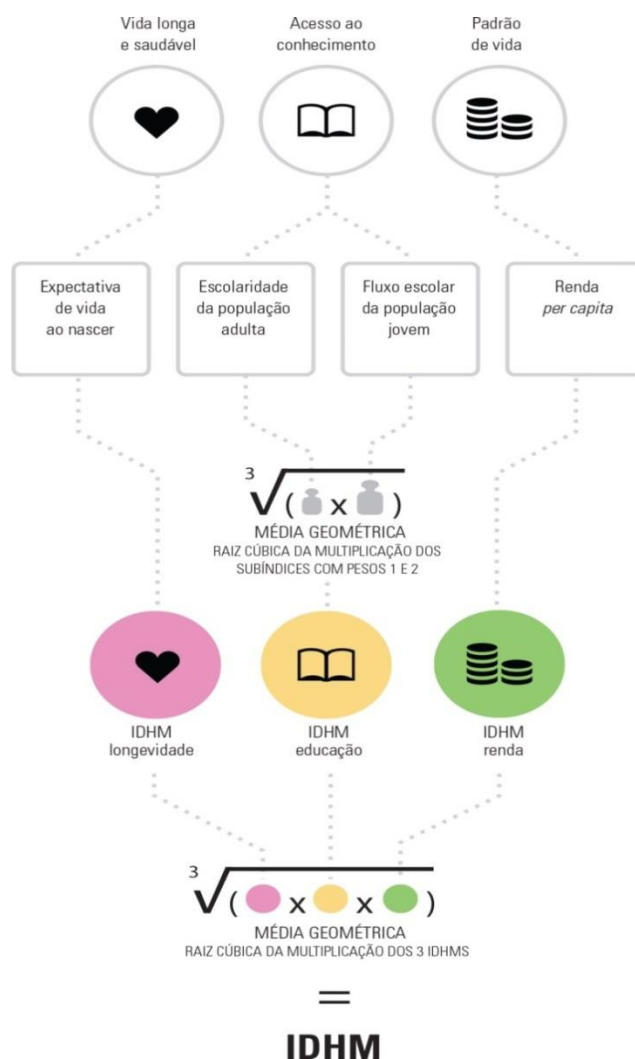
Em geral, ocorreu uma elevação significativa no Índice de Desenvolvimento Humano de todos os estados, bem como no Brasil, entre 2000 e 2010. No caso do país, essa melhora no IDHM foi representada por uma variação de aproximadamente 19%, e no estado de Minas Gerais de 17%. Em ambos os casos, considerando a classificação por faixas de IDHM da forma como colocada pelo

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁴, o índice saiu da faixa de nível médio de desenvolvimento, para a faixa de nível alto.

A variação percentual ocorrida no índice para Minas Gerais superou as obtidas pelos estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, e São Paulo. A maior variação ocorreu no estado do Maranhão, o qual saltou de um IDHM de 0,476 em 2000 (considerado muito baixo) para 0,639 em 2010 (classificado como médio), ou seja, uma variação de aproximadamente 34%; e a menor em São Paulo, a qual foi de aproximadamente 12%.

Conforme já foi apontado inicialmente, o IDHM reflete as condições de desenvolvimento da sociedade tomando por base três dimensões: 1) a renda, a qual refletiria o padrão de vida; 2) a longevidade, que diz respeito à obtenção de vida longa e saudável; e 3) a educação, que traduziria o acesso ao conhecimento pelos cidadãos.

Figura 1 - Construção do IDHM com base em suas três dimensões



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013⁵

⁴ Conforme estabelecido no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, há cinco faixas para o IDHM: muito baixo (de 0 a 0,499); baixo (de 0,500 a 0,599); médio (de 0,600 a 0,699); alto (de 0,700 a 0,799); e muito alto (0,800 ou mais)

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), a dimensão longevidade do índice diz respeito à possibilidade de obtenção de vida longa e saudável, e é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE.

A dimensão educação visa refletir o acesso ao conhecimento, e este é medido por meio de dois indicadores: a escolaridade da população adulta, a qual é aferida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo; e o fluxo escolar da população jovem, o qual é produto da média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos que frequentam a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Já a dimensão renda busca traduzir o padrão de vida da sociedade, e este é medido pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os indivíduos daquela localidade dividida pelo número de pessoas que moram no município, incluindo-se aqueles sem registro de renda (como é o caso de crianças).

No que diz respeito às três dimensões analisadas pelo índice, quais sejam, renda, longevidade, e educação; é possível observar que houve incrementos significativos em todas elas, quando comparados os índices no ano 2000 vis-à-vis 2010, sendo que a dimensão da educação foi a que apresentou as maiores elevações, chegando no caso de alguns estados a uma variação de aproximadamente 84%.

O IDHM Renda, o qual visa captar o padrão de vida de uma localidade, no Brasil era de 0,692 no ano 2000, e passa a 0,739 em 2010 (uma elevação de 7%). Já em Minas Gerais o índice também apresentou um incremento de aproximadamente 7%, passando de 0,680 no ano 2000 para 0,730 em 2010. Observa-se, por conseguinte, que ele permaneceu, nos dois anos em questão, um pouco abaixo do observado em nível nacional. Sua posição entre as unidades da federação em 2000 era de 11º maior índice, e em 2010 permaneceu a mesma. O maior IDHM renda, tanto em 2000, quanto em 2010, foi apresentado pelo Distrito Federal (0,805 em 2000; e 0,863 em 2010, e classificado como muito alto nos dois casos); e o menor pelo Maranhão (0,531 em 2000, e 0,612 em 2010, saindo de baixo para médio).

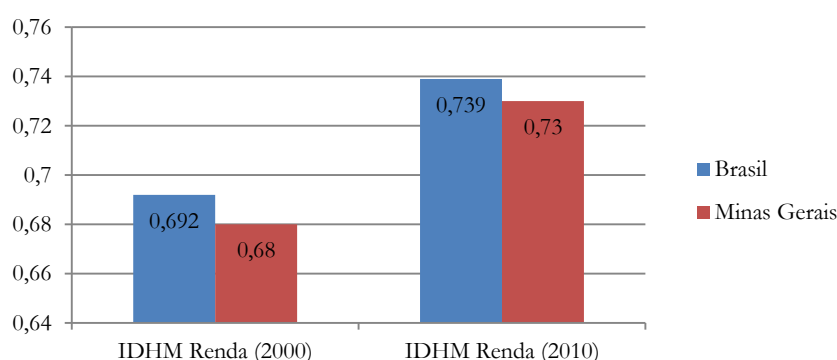
O padrão de vida, que é o que o IDHM Renda visa evidenciar, conforme já foi dito, é obtido por meio do logaritmo da renda domiciliar *per capita*. Neste sentido, o subíndice fornece uma ideia genérica do padrão de vida médio dos habitantes, mas apresenta inerentes limitações no que diz respeito à sua capacidade de traduzir o real padrão de vida da população de um determinado município, visto que ele não capta as desigualdades que podem estar presentes naquela sociedade,

⁵ Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/

razão pela qual outros indicadores devem ser acrescentados a esse tipo de análise (como, por exemplo, o Coeficiente de Gini, a Curva de Lorenz, e o índice de Theil).

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o crescimento da renda domiciliar *per capita* no país foi necessariamente acompanhado pela redução da pobreza, visto que, a renda per capita (em R\$ de agosto de 2010) variou a uma taxa média anual de 3% (saltando de R\$592,46 em 2000 para R\$793,87 em 2010); o percentual de vulneráveis decresceu a uma taxa média anual de -3,9% (passando de 48,4% em 2000 a 32,6% em 2010); e o Índice de Gini, que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 mais desigualdade ele indica, e quanto mais próximo de zero, o oposto, também apresentou queda, passando de 0,64 em 2000 para 0,60 em 2010.

Gráfico 1 - IDHM Renda (2000 e 2010) – Brasil, e estado de Minas Gerais



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

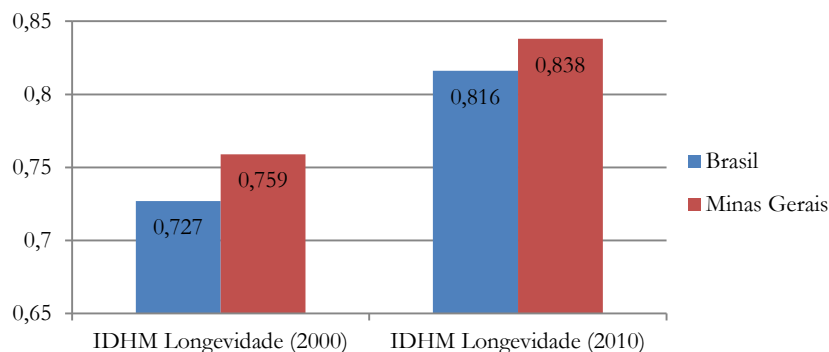
Já na dimensão longevidade, o subíndice é calculado tendo por base um único indicador, qual seja, a esperança de vida ao nascer. De um modo geral, o IDHM longevidade elevou-se no Brasil como um todo entre 2000 e 2010, sendo que para este crescimento contribuiu a queda da mortalidade infantil (até 1 ano de idade), o que certamente é um produto importante dos gastos públicos com saúde.

Segundo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), a mortalidade infantil era de aproximadamente 31 óbitos para cada mil nascidos vivos no ano 2000, e passa a ser de aproximadamente 17 no ano 2010, o que resultou num decréscimo médio anual de -5,8% ao longo do período 2000-2010. Paralelamente, a esperança de vida do brasileiro ao nascer era de 68,6 anos em 2000, e passa a ser de 73,9 em 2010, ou seja, um crescimento médio anual de 0,7%. Em 2000 o subíndice IDHM Longevidade para o Brasil foi de 0,727, classificado, portanto, como alto; e em 2010 registrou-se 0,816, o que evidenciou, por conseguinte, uma variação de aproximadamente 12%, levando-o à faixa dos classificados como muito alto.

O IDHM Longevidade em Minas Gerais foi de 0,759 em 2000, e 0,838 em 2010, o que denota que o subíndice do estado também saltou da faixa de alto para muito alto, apresentando números ainda mais elevados que os registrados para o Brasil, embora sua variação percentual tenha sido um pouco menor (10%). Em 2000, o IDHM Longevidade do estado de Minas Gerais ficou

atrás apenas do apresentado pelo Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, e Goiás, ou seja, ocupando a 7ª posição no ranking das UFs. Já em 2010, ele foi o 5º maior do país, atrás somente do Distrito Federal, Santa Catarina, São Paulo, e Rio Grande do Sul.

Gráfico 2 - IDHM Longevidade (2000 e 2010) – Brasil, e estado de Minas Gerais



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

Com relação ao IDHM Educação, cabe reiterar que ele é produto de dois outros subíndices, quais sejam, o de escolaridade e o de frequência escolar. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o índice de escolaridade no Brasil em 2000 era de 0,398, ao passo que em 2010 passa a ser de 0,549, o que implica uma taxa média de crescimento ao longo do período de aproximadamente 3,3%. Já o índice de frequência escolar saltou de 0,488 em 2000 para 0,686 em 2010, resultando em uma variação anual média da ordem de 3,5%.

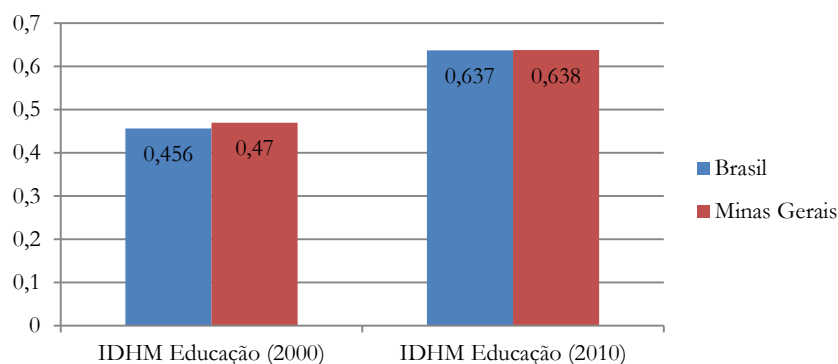
Em 2000, 71,5% das crianças que tinham entre 5 e 6 anos frequentavam a escola, 59,1% das que tinham entre 11 e 13 anos encontravam-se nos anos finais do ensino fundamental, 39,7% dos adolescentes que tinham entre 15 e 17 anos possuíam ensino fundamental completo, e 24,8% dos jovens adultos que tinham entre 18 e 20 anos já tinham concluído ensino médio. Já em 2010, todos esses números cresceram consideravelmente, de modo que: 91,1% das crianças que tinham entre 5 e 6 anos estavam na escola, 84,9% das que tinham entre 11 e 13 anos já estavam nos últimos anos do ensino fundamental, 57,2% dos adolescentes possuíam ensino fundamental completo, e 41% dos jovens adultos com idade entre 18 e 20 anos já haviam concluído o ensino médio.

Essas mudanças certamente expressam uma transformação significativa na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos resultantes de um significativo processo de investimento público em educação. Ressalta-se ainda, que o IDHM Educação capta apenas uma parte dessas mudanças ocorridas nos últimos anos, visto que o subíndice não contempla os números para o ensino superior.

O IDHM Educação no Brasil era de 0,456 em 2000, e passa a 0,637 em 2010, o que representou uma variação percentual de aproximadamente 40%, e que permitiu ao país sair da classificação de muito baixo para médio. No estado de Minas Gerais, o subíndice era de 0,470 em 2000, e de 0,638 em 2010, o que implicou em uma variação de cerca de 36%, e assim como no caso

do Brasil, em uma ascensão da faixa muito baixa para a média. Ressalta-se ainda que no ano 2000, o IDHM Educação de Minas Gerais era o 8º maior do país, entre as 27 Unidades da Federação, e em 2010 o 9º.

Gráfico 3 - IDHM Educação (2000 e 2010) – Brasil, e estado de Minas Gerais



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

Para complementar a análise realizada até o momento a partir do IDHM e seus subíndices, a Tabela 2 apresenta alguns dados importantes para o delineamento do perfil socioeconômico do Brasil, e do estado de Minas Gerais, nos anos 2000 e 2010 (com base nas informações dos Censos), que também são disponibilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil:

Tabela 2 - Retrato Socioeconômico do Brasil, e do estado de Minas Gerais - 2000 e 2010

Brasil			
Variável	2000	2010	
Esperança de vida ao nascer	68,61	73,94	
Taxa de Fecundidade Total	2,37	1,89	
Taxa de Envelhecimento	5,83	7,36	
Expectativa de Anos de Estudo	8,76	9,54	
Taxa de Analfabetismo (25 anos ou mais)	16,75	11,82	
% de pessoas com ensino superior (25 anos ou mais)	6,77	11,27	
Índice de Gini	0,64	0,60	
% de extremamente pobres	12,48	6,62	
% de vulneráveis à pobreza	48,39	32,56	
% da renda apropriada pelos 10% mais ricos	51,94	48,93	
Renda per capita	592,46	793,87	
Índice de Theil - L	0,76	0,68	
Minas Gerais			
Variável	2000	2010	
Esperança de vida ao nascer	70,55	75,30	
Taxa de Fecundidade Total	2,23	1,79	
Taxa de Envelhecimento	6,20	8,12	
Expectativa de Anos de Estudo	9,16	9,38	
Taxa de Analfabetismo (25 anos ou mais)	15,31	10,36	
% de pessoas com ensino superior (25 anos ou mais)	6,10	10,57	
Índice de Gini	0,61	0,56	
% de extremamente pobres	9,05	3,49	
% de vulneráveis à pobreza	48,17	28,85	
% da renda apropriada pelos 10% mais ricos	50,29	45,98	
Renda per capita	548,87	749,69	
Índice de Theil - L	0,67	0,56	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

Como se vê, a esperança de vida ao nascer, que representa o número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento (se mantidos constantes o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalecentes no ano do Censo), tanto no país, quanto em Minas Gerais aumentou significativamente entre 2000 e 2010; e tanto em um ano, como no outro, foi maior no estado de Minas vis-à-vis no Brasil como um todo.

A taxa de fecundidade reduziu-se entre um ano e o outro, tanto em nível nacional, quanto no âmbito do estado mineiro, o que denota uma mudança na família padrão do brasileiro, que passa a ser composta por indivíduos com um número menor de filhos. Por outro lado, a taxa de envelhecimento, que reflete a razão entre a população de 65 anos ou mais e a população total (multiplicado por 100), elevou-se nas duas unidades territoriais abordadas.

Já o número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos (mantidos constantes os padrões atuais ao longo de sua vida escolar) passa, no caso do Brasil, de 8,76 anos para 9,54 (uma variação de 9%); e em Minas Gerais, de 9,16 anos para 9,38 (uma variação de 2%). Sendo assim, nota-se que em 2000 a expectativa de anos de estudo no estado mineiro era maior que a do país, e em 2010, apesar de uma ligeira elevação, passa a ser menor comparativamente a do Brasil, já que neste último foi maior o incremento observado.

Em consonância com a maior expectativa de anos de estudo no país e em Minas Gerais, observa-se os comportamentos da taxa de analfabetismo de pessoas com 25 anos ou mais, e o percentual de pessoas com ensino superior, tendo em conta essa mesma faixa etária. No caso da primeira variável, como esperado, ocorreu uma relevante queda na razão entre a população (com 25 anos ou mais) que não sabia ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas na mesma faixa etária. No caso da segunda, verifica-se um incremento impressionante do percentual de pessoas com ensino superior (que tinham 25 anos ou mais), sendo que no país essa proporção era 6,77% em 2000 e passa a 11,27% em 2010; e no estado de 6,10% e 10,57%.

As variáveis que refletem a distribuição econômica da renda apresentaram resultados favoráveis à desconcentração, comparando-se os anos 2000 e 2010. Os índices de Gini⁶ e de Theil⁷ apresentaram queda, sendo que no Brasil, o primeiro decresceu cerca de 6% em 2010 comparativamente a 2000, e o segundo aproximadamente 11%. Em Minas Gerais, o Índice de Gini cai de 0,61 para 0,56 (uma redução de 8%, ou seja, ainda maior que a apresentada pelo país), e o de Theil de 0,67 para 0,56 (um decréscimo de cerca de 16%, também superior ao verificado no Brasil).

⁶O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda).

⁷O Índice de Theil –L mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, excluídos aqueles com renda domiciliar per capita nula. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda domiciliar per capita dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

O percentual de pessoas extremamente pobres, que se refere à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais (em reais de agosto de 2010, e com universo de indivíduos limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes), cai de 12,48% em 2000 para quase metade desse número em 2010, ou seja, 6,62% , no caso do Brasil. Em Minas Gerais, observa-se a reprodução dessa tendência nacional, e numa magnitude ainda maior, saindo de 9,05% em 2000 para 3,49% em 2010, ou seja, cai para mais da metade do número observado inicialmente.

O mesmo acontece com o percentual de vulneráveis à pobreza, ou seja, a proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais (em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data, e tendo em vista o universo limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes). No Brasil essa proporção cai de 48,39% para 32,56%, e em Minas Gerais de 48,17% para 28,85%, denotando uma queda maior ainda no caso do estado.

O percentual da renda apropriada pelos 10% mais rico, ou seja, o percentual da renda total apropriada pelos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição dos indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, também experimentou redução entre 2000 e 2010, tanto no país, quanto no estado de Minas Gerais. Paralelamente, observou-se a elevação da renda per capita, a qual se refere a uma razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos (isto também em reais de agosto de 2010). No Brasil, a renda per capita em 2000 era de R\$592,46 e em 2010 de R\$793,87, resultando em uma variação percentual de 34%. No estado de Minas Gerais ela era de R\$548,87 em 2000 e de R\$749,69 em 2010, ou seja, uma variação de 37%, portanto, um pouco maior que a apresentada pelo país, mas ainda insuficiente para igualar a renda per capita verificada no estado à do Brasil.

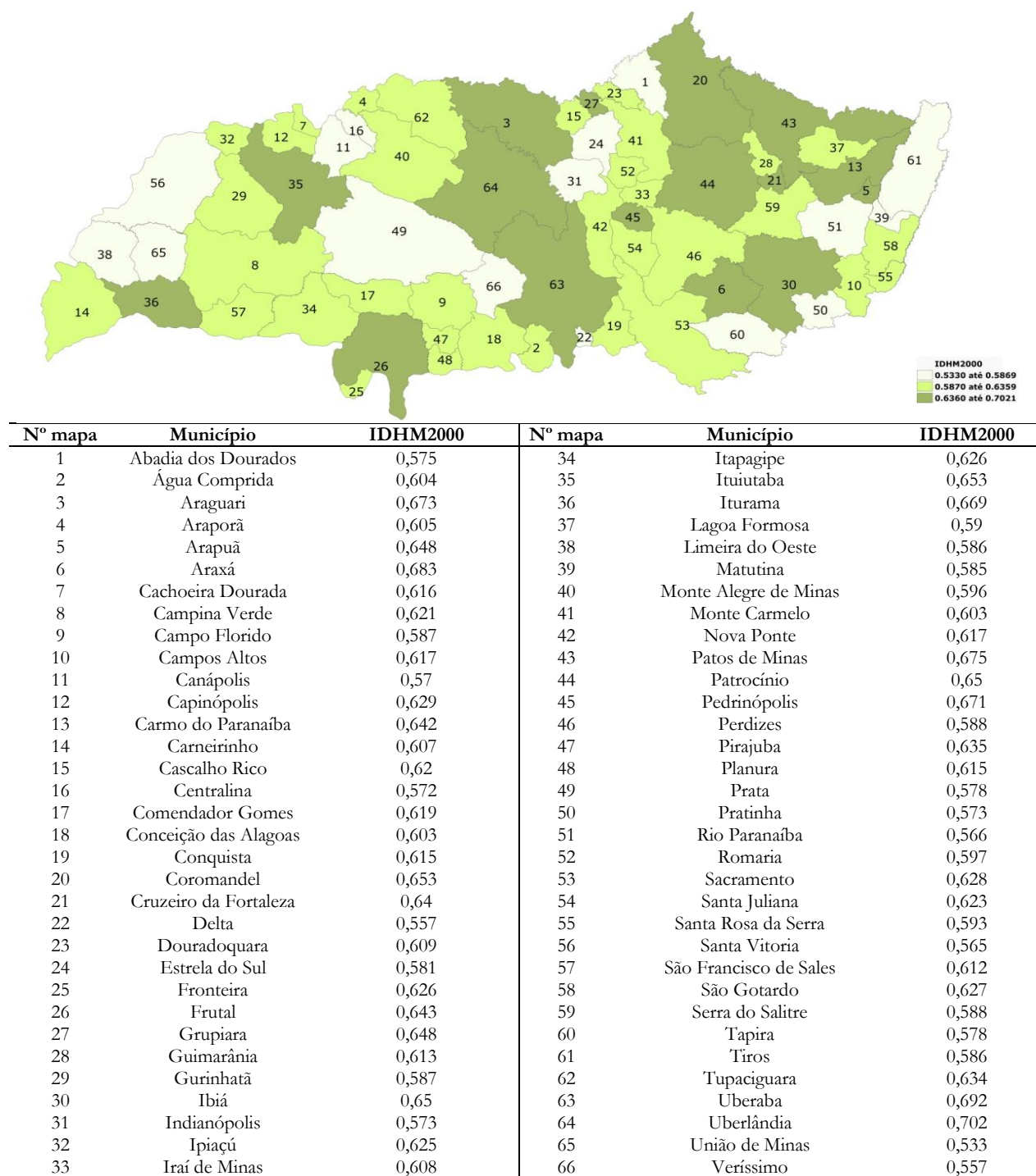
Por fim, é possível apreender dos dados expostos para o contexto nacional e subnacional que houve significativos avanços rumo ao desenvolvimento humano da sociedade brasileira, que podem ser evidenciados tanto pelos dados do IDHM, como pelos demais indicadores que foram apresentados. Além disso, verifica-se que, no âmbito das três dimensões analisadas, o incremento no índice que mais surpreendeu foi o da educação, ressaltando-se, contudo, que o índice ainda se encontra no nível médio, cabendo, portanto, espaço para progressivas melhorias nesse contexto, que devem também ser avaliadas em termos qualitativos, e não apenas quantitativos.

Outro ponto a se destacar sobre as supracitadas dimensões se refere ao menor incremento ocorrido na dimensão renda, o qual também sugere oportunidade e necessidade para maiores avanços, que sejam igualmente acompanhados, como até o momento foi, pela desconcentração da renda, reduzindo, por conseguinte, as disparidades socioeconômicas.

3. Análise do IDHM no contexto da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

À luz das informações expostas até o momento, as quais contribuem para o delineamento do perfil socioeconômico do país e do estado de Minas Gerais, serão apresentados, então, os dados relativos ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A Figura 1 apresenta o mapa e a tabela com os IDHMs de 2000 para cada um dos municípios da mesorregião TMAP:

Figura 1 - IDHM dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no ano 2000

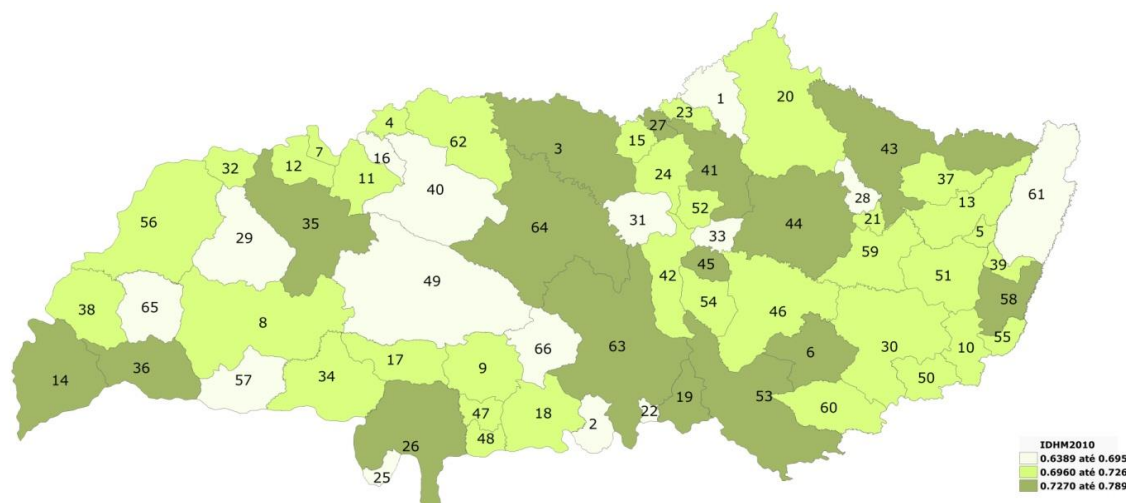


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

O mapa da Figura 1 evidenciou os 25% menores IDHMs da mesorregião, representados pela cor mais clara; os 25% maiores (cor intermediária); e os restantes 50% mais próximos da mediana, que foi de 0,614 (apresentados na cor mais escura da figura). O menor IDHM foi do município de União de Minas (0,533); e o maior, o de Uberlândia (0,702).

A Figura 2 evidencia os IDHMs 2010 para os municípios da mesorregião do TMAP:

Figura 2 - IDHM dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no ano 2010



Nº mapa	Município	IDHM2000	Nº mapa	Município	IDHM2000
1	Abadia dos Dourados	0,689	34	Itapagipe	0,723
2	Água Comprida	0,675	35	Ituiutaba	0,739
3	Araguari	0,773	36	Iturama	0,747
4	Araporã	0,708	37	Lagoa Formosa	0,703
5	Arapuá	0,724	38	Limeira do Oeste	0,71
6	Araxá	0,772	39	Matutina	0,707
7	Cachoeira Dourada	0,726	40	Monte Alegre de Minas	0,674
8	Campina Verde	0,704	41	Monte Carmelo	0,728
9	Campo Florido	0,706	42	Nova Ponte	0,701
10	Campos Altos	0,702	43	Patos de Minas	0,765
11	Canápolis	0,722	44	Patrocínio	0,729
12	Capinópolis	0,723	45	Pedrinópolis	0,729
13	Carmo do Paranaíba	0,705	46	Perdizes	0,723
14	Carneirinho	0,741	47	Pirajuba	0,723
15	Cascalho Rico	0,721	48	Planura	0,712
16	Centralina	0,678	49	Prata	0,695
17	Comendador Gomes	0,697	50	Pratinha	0,721
18	Conceição das Alagoas	0,712	51	Rio Paranaíba	0,709
19	Conquista	0,729	52	Romaria	0,708
20	Coromandel	0,708	53	Sacramento	0,732
21	Cruzeiro da Fortaleza	0,696	54	Santa Juliana	0,706
22	Delta	0,639	55	Santa Rosa da Serra	0,705
23	Douradoquara	0,706	56	Santa Vitória	0,71
24	Estrela do Sul	0,696	57	São Francisco de Sales	0,688
25	Fronteira	0,684	58	São Gotardo	0,736
26	Frutal	0,73	59	Serra do Salitre	0,696
27	Grupiara	0,731	60	Tapira	0,712
28	Guimarânia	0,693	61	Tiros	0,683
29	Gurinhata	0,68	62	Tupaciguara	0,719
30	Ibiá	0,718	63	Uberaba	0,772
31	Indianópolis	0,674	64	Uberlândia	0,789
32	Ipiaçu	0,696	65	União de Minas	0,672
33	Iraí de Minas	0,695	66	Veríssimo	0,667

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

Novamente, os municípios foram apresentados no mapa, segundo sua cor, em três grupos: na tonalidade mais clara, aproximadamente 25% dos menores IDHMs; na cor de tom intermediário, aproximadamente 50% dos mais próximos da mediana; e na cor mais escura, de maneira aproximada, 25% dos maiores. Desta vez o menor IDHM coube a Delta (0,639) e, novamente, o maior a Uberlândia (0,789).

Todos os municípios exibiram um aumento significativo do índice, sendo que o que mais se elevou foi o de Canápolis (26,7%), seguido por União de Minas (26,1%), e Pratinha (25,8%); ao passo que a menor variação ocorreu em Coromandel, qual seja, 8,6%. A Tabela 3 apresenta essas informações:

Tabela 3 - IDHM e Taxa de variação percentual dos municípios do TMAP, nos anos 2000 e 2010

Município	IDHM 2000	IDHM 2010	Var. (%)	Município	IDHM 2000	IDHM 2010	Var. (%)
Abadia dos Dourados	0,575	0,689	19,8	Itapagipe	0,626	0,723	15,5
Água Comprida	0,604	0,675	11,8	Ituiutaba	0,653	0,739	13,2
Araguari	0,673	0,773	14,9	Iturama	0,669	0,747	11,7
Araporã	0,605	0,708	17,0	Lagoa Formosa	0,59	0,703	19,2
Arapuá	0,648	0,724	11,7	Limeira do Oeste	0,586	0,71	21,2
Araxá	0,683	0,772	13,0	Matutina	0,585	0,707	20,9
Cachoeira Dourada	0,616	0,726	17,9	Monte Alegre de Minas	0,596	0,674	13,1
Campina Verde	0,621	0,704	13,4	Monte Carmelo	0,603	0,728	20,7
Campo Florido	0,587	0,706	20,3	Nova Ponte	0,617	0,701	13,6
Campos Altos	0,617	0,702	13,8	Patos de Minas	0,675	0,765	13,3
Canápolis	0,57	0,722	26,7	Patrocínio	0,65	0,729	12,2
Capinópolis	0,629	0,723	14,9	Pedrinópolis	0,671	0,729	8,6
Carmo do Paranaíba	0,642	0,705	9,8	Perdizes	0,588	0,723	23,0
Carneirinho	0,607	0,741	22,1	Pirajuba	0,635	0,723	13,9
Cascalho Rico	0,62	0,721	16,3	Planura	0,615	0,712	15,8
Centralina	0,572	0,678	18,5	Prata	0,578	0,695	20,2
Comendador Gomes	0,619	0,697	12,6	Pratinha	0,573	0,721	25,8
Conceição das Alagoas	0,603	0,712	18,1	Rio Paranaíba	0,566	0,709	25,3
Conquista	0,615	0,729	18,5	Romaria	0,597	0,708	18,6
Coromandel	0,653	0,708	8,4	Sacramento	0,628	0,732	16,6
Cruzeiro da Fortaleza	0,64	0,696	8,7	Santa Juliana	0,623	0,706	13,3
Delta	0,557	0,639	14,7	Santa Rosa da Serra	0,593	0,705	18,9
Douradoquara	0,609	0,706	15,9	Santa Vitória	0,565	0,71	25,7
Estrela Do Sul	0,581	0,696	19,8	São Francisco de Sales	0,612	0,688	12,4
Fronteira	0,626	0,684	9,3	São Gotardo	0,627	0,736	17,4
Frutal	0,643	0,73	13,5	Serra do Salitre	0,588	0,696	18,4
Grupiara	0,648	0,731	12,8	Tapira	0,578	0,712	23,2
Guimarânia	0,613	0,693	13,1	Tiros	0,586	0,683	16,6
Gurinhata	0,587	0,68	15,8	Tupaciguara	0,634	0,719	13,4
Ibiá	0,65	0,718	10,5	Uberaba	0,692	0,772	11,6
Indianópolis	0,573	0,674	17,6	Uberlândia	0,702	0,789	12,4
Ipiacu	0,625	0,696	11,4	União de Minas	0,533	0,672	26,1
Iraí de Minas	0,608	0,695	14,3	Veríssimo	0,557	0,667	19,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

Outro aspecto relevante para leitura do IDHM diz respeito à classificação deste por faixas de desenvolvimento humano municipal. Conforme estabelecido no Atlas do Desenvolvimento

Humano no Brasil 2013, e já citado anteriormente, há cinco faixas para o IDHM: muito baixo (de 0 a 0,499); baixo (de 0,500 a 0,599); médio (de 0,600 a 0,699); alto (de 0,700 a 0,799); e muito alto (0,800 ou mais).

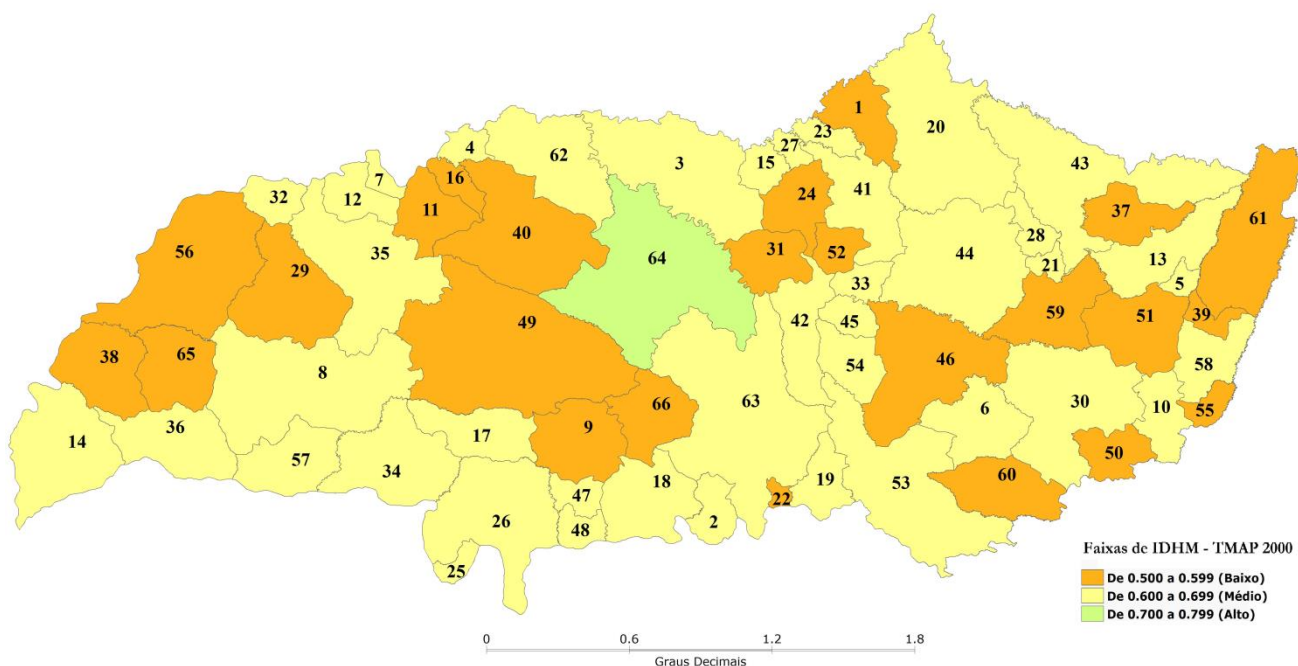
A Tabela 4 apresenta os municípios do TMAP e suas classificações nas supracitadas faixas para o IDHM; sendo MB (Muito Baixo), B (Baixo), Me (Médio), A (Alto), e MA (Muito Alto). As Figuras 3 e 4 também apresentam os índices em 2000 e 2010, respectivamente, evidenciando os municípios por cor, segundo as referidas faixas de nível de desenvolvimento.

Tabela 4 - Classificação em faixas para o IDHM dos municípios do TMAP, nos anos 2000 e 2010*

Município	IDHM2000	IDHM2010	Municípios	IDHM2000	IDHM2010
Abadia dos Dourados	B(0,575)	Me(0,689)	Itapagipe	Me(0,626)	A(0,723)
Água Comprida	Me(0,604)	Me(0,675)	Ituiutaba	Me(0,653)	A(0,739)
Araguari	Me(0,673)	A(0,773)	Iturama	Me(0,669)	A(0,747)
Araporã	Me(0,605)	A(0,708)	Lagoa Formosa	B(0,59)	A(0,703)
Arapuá	Me(0,648)	A(0,724)	Limeira do Oeste	B(0,586)	A(0,71)
Araxá	Me(0,683)	A(0,772)	Matutina	B(0,585)	A(0,707)
Cachoeira Dourada	Me(0,616)	A(0,726)	Monte Alegre de Minas	B(0,596)	Me(0,674)
Campina Verde	Me(0,621)	A(0,704)	Monte Carmelo	Me(0,603)	A(0,728)
Campo Florido	B(0,587)	A(0,706)	Nova Ponte	Me(0,617)	A(0,701)
Campos Altos	Me(0,617)	A(0,702)	Patos de Minas	Me(0,675)	A(0,765)
Canápolis	B(0,57)	A(0,722)	Patrocínio	Me(0,65)	A(0,729)
Capinópolis	Me(0,629)	A(0,723)	Pedrinópolis	Me(0,671)	A(0,729)
Carmo do Paranaíba	Me(0,642)	A(0,705)	Perdizes	B(0,588)	A(0,723)
Carneirinho	Me(0,607)	A(0,741)	Pirajuba	Me(0,635)	A(0,723)
Cascalho Rico	Me(0,62)	A(0,721)	Planura	Me(0,615)	A(0,712)
Centralina	B(0,572)	Me(0,678)	Prata	B(0,578)	Me(0,695)
Comendador Gomes	Me(0,619)	Me(0,697)	Pratinha	B(0,573)	A(0,721)
Conceição das Alagoas	Me(0,603)	A(0,712)	Rio Paranaíba	B(0,566)	A(0,709)
Conquista	Me(0,615)	A(0,729)	Romaria	B(0,597)	A(0,708)
Coromandel	Me(0,653)	A(0,708)	Sacramento	Me(0,628)	A(0,732)
Cruzeiro da Fortaleza	Me(0,64)	Me(0,696)	Santa Juliana	Me(0,623)	A(0,706)
Delta	B(0,557)	Me(0,639)	Santa Rosa da Serra	B(0,593)	A(0,705)
Douradoquara	Me(0,609)	A(0,706)	Santa Vitória	B(0,565)	A(0,71)
Estrela Do Sul	B(0,581)	Me(0,696)	São Francisco de Sales	Me(0,612)	Me(0,688)
Fronteira	Me(0,626)	Me(0,684)	São Gotardo	Me(0,627)	A(0,736)
Frutal	Me(0,643)	A(0,73)	Serra do Salitre	B(0,588)	Me(0,696)
Grupiara	Me(0,648)	A(0,731)	Tapira	B(0,578)	A(0,712)
Guimarânia	Me(0,613)	Me(0,693)	Tiros	B(0,586)	Me(0,683)
Gurinhata	B(0,587)	Me(0,68)	Tupaciguara	Me(0,634)	A(0,719)
Ibiá	Me(0,65)	A(0,718)	Uberaba	Me(0,692)	A(0,772)
Indianópolis	B(0,573)	Me(0,674)	Uberlândia	A(0,702)	A(0,789)
Ipiacu	Me(0,625)	Me(0,696)	União de Minas	B(0,533)	Me(0,672)
Iraí de Minas	Me(0,608)	Me(0,695)	Veríssimo	B(0,557)	Me(0,667)

*As faixas para o IDHM estão classificadas da seguinte forma: MB= Muito Baixo; B=Baixo; Me=Médio; A=Alto; MA= Muito Alto.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

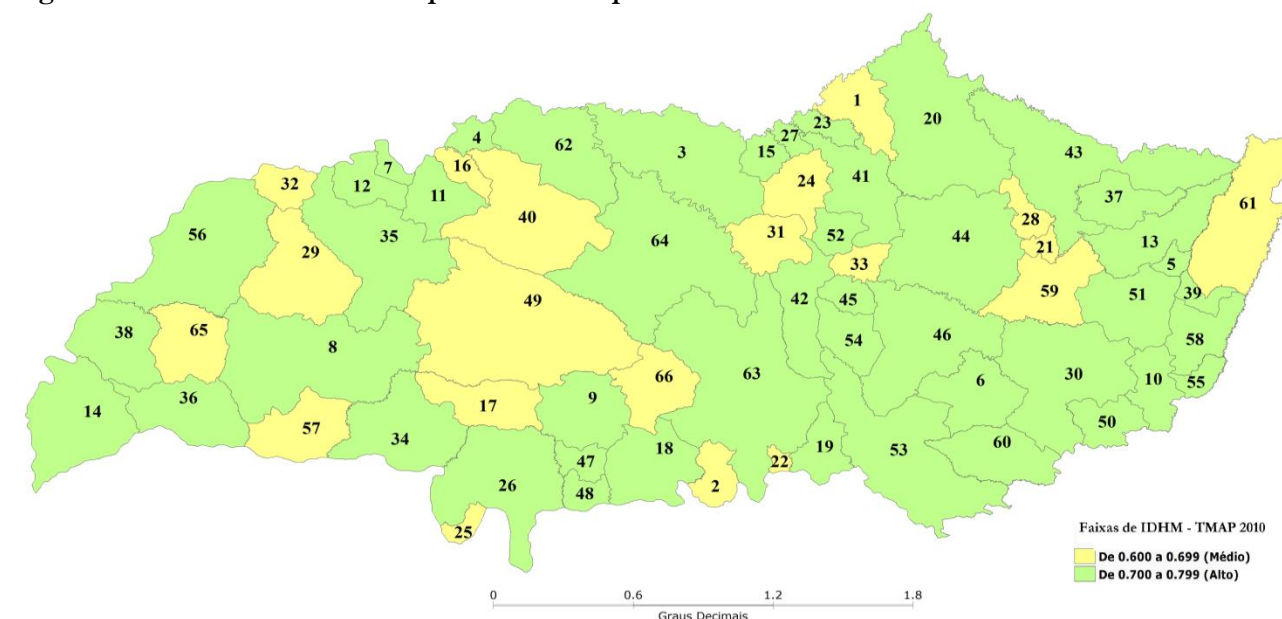
Figura 3 – Faixas de IDHM-2000 para os municípios do TMAP



Nº mapa	Município	IDHM2000	Nº mapa	Município	IDHM2000
1	Abadia dos Dourados	0,575	34	Itapagipe	0,626
2	Água Comprida	0,604	35	Ituiutaba	0,653
3	Araguari	0,673	36	Iturama	0,669
4	Araporã	0,605	37	Lagoa Formosa	0,59
5	Arapuã	0,648	38	Limeira do Oeste	0,586
6	Araxá	0,683	39	Matutina	0,585
7	Cachoeira Dourada	0,616	40	Monte Alegre de Minas	0,596
8	Campina Verde	0,621	41	Monte Carmelo	0,603
9	Campo Florido	0,587	42	Nova Ponte	0,617
10	Campos Altos	0,617	43	Patos de Minas	0,675
11	Canápolis	0,57	44	Patrocínio	0,65
12	Capinópolis	0,629	45	Pedrinópolis	0,671
13	Carmo do Paranaíba	0,642	46	Perdizes	0,588
14	Carneirinho	0,607	47	Pirajuba	0,635
15	Cascalho Rico	0,62	48	Planura	0,615
16	Centralina	0,572	49	Prata	0,578
17	Comendador Gomes	0,619	50	Pratinha	0,573
18	Conceição das Alagoas	0,603	51	Rio Paranaíba	0,566
19	Conquista	0,615	52	Romaria	0,597
20	Coromandel	0,653	53	Sacramento	0,628
21	Cruzeiro da Fortaleza	0,64	54	Santa Juliana	0,623
22	Delta	0,557	55	Santa Rosa da Serra	0,593
23	Douradoquara	0,609	56	Santa Vitoria	0,565
24	Estrela do Sul	0,581	57	São Francisco de Sales	0,612
25	Fronteira	0,626	58	São Gotardo	0,627
26	Frutal	0,643	59	Serra do Salitre	0,588
27	Grupiara	0,648	60	Tapira	0,578
28	Guimarânia	0,613	61	Tiros	0,586
29	Gurinhata	0,587	62	Tupaciguara	0,634
30	Ibiá	0,65	63	Uberaba	0,692
31	Indianópolis	0,573	64	Uberlândia	0,702
32	Ipiacú	0,625	65	União de Minas	0,533
33	Iraí de Minas	0,608	66	Veríssimo	0,557

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

Figura 4 – Faixas de IDHM-2010 para os municípios do TMAP



Nº mapa	Município	IDHM2000	Nº mapa	Município	IDHM2000
1	Abadia dos Dourados	0,575	34	Itapagipe	0,626
2	Água Comprida	0,604	35	Ituiutaba	0,653
3	Araguari	0,673	36	Iturama	0,669
4	Araporã	0,605	37	Lagoa Formosa	0,59
5	Arapuã	0,648	38	Limeira do Oeste	0,586
6	Araxá	0,683	39	Matutina	0,585
7	Cachoeira Dourada	0,616	40	Monte Alegre de Minas	0,596
8	Campina Verde	0,621	41	Monte Carmelo	0,603
9	Campo Florido	0,587	42	Nova Ponte	0,617
10	Campos Altos	0,617	43	Patos de Minas	0,675
11	Canápolis	0,57	44	Patrocínio	0,65
12	Capinópolis	0,629	45	Pedrinópolis	0,671
13	Carmo do Paranaíba	0,642	46	Perdizes	0,588
14	Carneirinho	0,607	47	Pirajuba	0,635
15	Cascalho Rico	0,62	48	Planura	0,615
16	Centralina	0,572	49	Prata	0,578
17	Comendador Gomes	0,619	50	Pratinha	0,573
18	Conceição das Alagoas	0,603	51	Rio Paranaíba	0,566
19	Conquista	0,615	52	Romaria	0,597
20	Coromandel	0,653	53	Sacramento	0,628
21	Cruzeiro da Fortaleza	0,64	54	Santa Juliana	0,623
22	Delta	0,557	55	Santa Rosa da Serra	0,593
23	Douradoquara	0,609	56	Santa Vitoria	0,565
24	Estrela do Sul	0,581	57	São Francisco de Sales	0,612
25	Fronteira	0,626	58	São Gotardo	0,627
26	Frutal	0,643	59	Serra do Salitre	0,588
27	Grupiara	0,648	60	Tapira	0,578
28	Guimarânia	0,613	61	Tiros	0,586
29	Gurinhata	0,587	62	Tupaciguara	0,634
30	Ibiá	0,65	63	Uberaba	0,692
31	Indianópolis	0,573	64	Uberlândia	0,702
32	Ipiacú	0,625	65	União de Minas	0,533
33	Iraí de Minas	0,608	66	Veríssimo	0,557

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

A partir da Tabela 4 e das Figuras 3 e 4, nota-se que a maior parte dos municípios do TMAP ascendeu a faixas superiores para o IDHM; e para os poucos em que este não foi o caso, ocorreu a permanência naquelas em que já se encontravam em 2000. De tal modo, essas modificações resultaram, conforme a Figura 4 exibiu, em índices de desenvolvimento apenas nas faixas de nível médio e alto, ou seja, nenhum município ficou classificado no índice baixo, além do fato de que a quantidade de municípios na faixa de IDHM alto foi superior à quantidade registrada na faixa média. A coloração utilizada como legenda para classificação dos índices nas Figuras exibe de forma clara as transformações ocorridas.

A Tabela 5 apresenta os índices de desenvolvimento humano para os municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, agrupados por faixas populacionais, segundo a classificação apresentada na Análise Demográfica do presente Relatório. Em seguida as Tabelas 6, 7 e 8 evidenciam, respectivamente, a mediana, o mínimo e o máximo IDHM de cada faixa populacional da mesorregião.

Nota-se que a mediana mais baixa, tanto em 2000, quanto em 2010, correspondeu ao da faixa populacional cujos municípios compreendiam de 5.001 a 10.000 habitantes. A mediana mais elevada referiu-se ao município de Uberlândia (faixa de mais de 500.000 habitantes), em seguida a da faixa de 100.001 a 500.000 habitantes. Em todos os casos, nota-se a elevação da mediana dos índices encontrados em cada faixa.

Por outro lado, em 2000, o menor valor de mínimo foi registrado, conforme Tabela 8, pela faixa de até 5.000 habitantes, e em 2010 pela faixa de 5.001 a 10.000, adicionalmente, nota-se que todos os valores mínimos das faixas experimentaram elevação. O maior valor de máximo correspondeu ao da faixa de mais de 500.000 habitantes, e em seguida ao da faixa de 100.001 a 500.000, do mesmo modo que já havia sido observado anteriormente, todos os valores máximos por faixa populacional evidenciaram um incremento importante.

Tabela 5 - IDHM dos municípios do TMAP agrupados por faixas populacionais, em 2000 e 2010

Faixa Populacional	Municípios	IDHM2000	IDHM2010
Até 5.000	Água Comprida	0,604	0,675
	Arapuá	0,648	0,724
	Cachoeira Dourada	0,616	0,726
	Cascalho Rico	0,620	0,721
	Comendador Gomes	0,619	0,697
	Cruzeiro da Fortaleza	0,640	0,696
	Douradoquara	0,609	0,706
	Grupiara	0,648	0,731
	Ipiacu	0,625	0,696
	Matutina	0,585	0,707
	Pedrinópolis	0,671	0,729
	Pirajuba	0,635	0,723
	Pratinha	0,573	0,721
	Romaria	0,597	0,708
	Santa Rosa da Serra	0,593	0,705
	Tapira	0,578	0,712
	União de Minas	0,533	0,672
	Veríssimo	0,557	0,667
De 5.001 a 10.000	Abadia dos Dourados	0,575	0,689
	Araporã	0,605	0,708
	Campo Florido	0,587	0,706
	Carneirinho	0,607	0,741
	Conquista	0,615	0,729
	Delta	0,557	0,639
	Estrela do Sul	0,581	0,696
	Guimarânia	0,613	0,693
	Gurinhata	0,587	0,680
	Indianópolis	0,573	0,674
	Iraí de Minas	0,608	0,695
	Limeira do Oeste	0,586	0,710
	São Francisco de Sales	0,612	0,688
	Tiros	0,586	0,683
De 10.001 a 20.000	Campina Verde	0,621	0,704
	Campos Altos	0,617	0,702
	Canápolis	0,570	0,722
	Capinópolis	0,629	0,723
	Centralina	0,572	0,678
	Fronteira	0,626	0,684
	Itapagipe	0,626	0,723
	Lagoa Formosa	0,590	0,703
	Monte Alegre de Minas	0,596	0,674
	Nova Ponte	0,617	0,701
	Perdizes	0,588	0,723
	Planura	0,615	0,712
	Rio Paranaíba	0,566	0,709
	Santa Juliana	0,623	0,706
	Santa Vitória	0,565	0,710
	Serra do Salitre	0,588	0,696
De 20.001 a 50.000	Carmo do Paranaíba	0,642	0,705
	Conceição das Alagoas	0,603	0,712
	Coromandel	0,653	0,708
	Ibiá	0,650	0,718
	Iturama	0,669	0,747
	Monte Carmelo	0,603	0,728
	Prata	0,578	0,695
	Sacramento	0,628	0,732
	São Gotardo	0,627	0,736
	Tupaciguara	0,634	0,719
De 50.001 a 100.000	Araxá	0,683	0,772
	Frutal	0,643	0,730
	Ituiutaba	0,653	0,739
	Patrocínio	0,650	0,729
De 100.001 a 500.000	Araguari	0,673	0,773
	Patos de Minas	0,675	0,765
	Uberaba	0,692	0,772
Mais de 500.000	Uberlândia	0,702	0,789

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

Tabela 6 – Mediana do IDHM2000 e IDHM2010 de cada faixa populacional do TMAP

Faixa Populacional	Quantidade de Municípios	Mediana-IDHM2000	Mediana-IDHM2010
Até 5.000	18	0,613	0,708
de 5.0001 a 10.000	14	0,587	0,694
de 10.001 a 20.000	16	0,606	0,705
de 20.001 a 50.000	10	0,631	0,719
de 50.0001 a 100.000	4	0,652	0,735
de 100.001 a 500.000	3	0,675	0,772
Mais de 500.000	1	0,702	0,789

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

Tabela 7 – Mínimo IDHM2000 e IDHM2010 de cada faixa populacional do TMAP

Faixa Populacional	Quantidade de Municípios	Mínimo-IDHM2000	Mínimo-IDHM2010
Até 5.000	18	0,533	0,667
de 5.0001 a 10.000	14	0,557	0,639
de 10.001 a 20.000	16	0,565	0,674
de 20.001 a 50.000	10	0,578	0,695
de 50.0001 a 100.000	4	0,643	0,729
de 100.001 a 500.000	3	0,673	0,765
Mais de 500.000	1	0,702	0,789

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

Tabela 8 – Máximo IDHM2000 e IDHM2010 de cada faixa populacional do TMAP

Faixa Populacional	Quantidade de Municípios	Máximo-IDHM2000	Máximo-IDHM2010
Até 5.000	18	0,671	0,731
de 5.0001 a 10.000	14	0,615	0,741
de 10.001 a 20.000	16	0,629	0,723
de 20.001 a 50.000	10	0,669	0,747
de 50.0001 a 100.000	4	0,683	0,772
de 100.001 a 500.000	3	0,692	0,773
Mais de 500.000	1	0,702	0,789

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

Olhando para o IDHM “por dentro”, ou seja, para cada uma de suas dimensões (Renda, Educação e Longevidade), a Tabela 9 apresenta o IDHM Renda do Brasil, de Minas Gerais e dos municípios do TMAP em 2000 e 2010. Nota-se que com exceção do município de Araporã, todos os IDHMs-Renda apresentaram um aumento entre 2000 e 2010, sendo que o que mais se elevou foi o do município de Tapira, que correspondia a 0,641 no primeiro ano, e passa a 0,759 no último.

Com respeito ao município supracitado, o qual evidenciou a maior elevação no subíndice IDHM Renda entre 2000 e 2010, cumpre ressaltar que sua renda per capita saltou de R\$431,25 (a preços de agosto de 2010) no ano 2000 para R\$902,00 em 2010, ou seja, uma variação de aproximadamente 109%.

Em 2000, o maior IDHM Renda dentre os municípios da mesorregião do TMAP foi o de Uberaba (0,738), seguido pelo de Ibiá (0,736), e pelo de Uberlândia (0,734). Já em 2010, há uma notada modificação: Uberlândia passa a assumir a primeira posição (0,776), seguido pelo município

de Uberaba (0,772), e este por Tapira (0,759), município que apresentou maior elevação entre o subíndice do ano 2000 e o do ano 2010, conforme já foi ressaltado.

Outra informação relevante que a Tabela 9 evidencia, é que 11 municípios da mesorregião apresentavam IDHM Renda superior ao verificado para o Brasil em 2000, e que em ordem decrescente foram: Uberaba, Ibiá, Uberlândia, Romaria, Araxá, Iturama, Araguari, Nova Ponte, Ituiutaba, Patos de Minas, e Conceição das Alagoas. Já em 2010, foram 12: Uberlândia, Uberaba, Tapira, Araxá, Perdizes, Patos de Minas, Carneirinho, Pirajuba, Capinópolis, Ituiutaba, Matutina e Araguari.

Já em relação a Minas Gerais, 16 municípios do TMAP superavam o IDHM Renda apresentado pelo estado em 2000: Uberaba, Ibiá, Uberlândia, Romaria, Araxá, Iturama, Araguari, Nova Ponte, Ituiutaba, Patos de Minas, Conceição das Alagoas, Frutal, Patrocínio, Conquista, Araporã, e Arapuá. Em 2010 é ainda maior o número de municípios que apresentaram IDHM Renda superior ao do estado mineiro, passando de 16 para 21: Uberlândia, Uberaba, Tapira, Araxá, Perdizes, Patos de Minas, Carneirinho, Pirajuba, Capinópolis, Ituiutaba, Matutina, Araguari, São Gotardo, Ibiá, Prata, Campo Florido, Nova Ponte, Conceição das Alagoas, Cascalho Rico, Iturama, e Frutal.

Tabela 9- IDHM Renda 2000 e 2010 para o Brasil, Minas Gerais e municípios do TMAP

Unidade Territorial	IDHM Renda (2000)	IDHM Renda (2010)	Unidade Territorial	IDHM Renda (2000)	IDHM Renda (2010)
Brasil	0,692	0,739	Iraí de Minas	0,642	0,705
Minas Gerais	0,680	0,730	Itapagipe	0,657	0,728
Abadia dos Dourados	0,616	0,693	Ituiutaba	0,695	0,745
Água Comprida	0,67	0,719	Iturama	0,711	0,73
Araguari	0,703	0,74	Lagoa Formosa	0,633	0,717
Araporã	0,683	0,676	Limeira do Oeste	0,619	0,693
Arapuá	0,681	0,718	Matutina	0,655	0,744
Araxá	0,711	0,756	Monte Alegre de Minas	0,646	0,699
Cachoeira Dourada	0,66	0,695	Monte Carmelo	0,669	0,716
Campina Verde	0,677	0,714	Nova Ponte	0,699	0,734
Campo Florido	0,639	0,735	Patos de Minas	0,694	0,749
Campos Altos	0,662	0,69	Patrocínio	0,684	0,723
Canápolis	0,623	0,721	Pedrinópolis	0,673	0,719
Capinópolis	0,661	0,747	Perdizes	0,676	0,752
Carmo do Paranaíba	0,679	0,713	Pirajuba	0,674	0,748
Carneirinho	0,665	0,749	Planura	0,651	0,711
Cascalho Rico	0,641	0,734	Prata	0,678	0,736
Centralina	0,609	0,654	Pratinha	0,654	0,71
Comendador Gomes	0,67	0,703	Rio Paranaíba	0,641	0,725
Conceição das Alagoas	0,693	0,734	Romaria	0,712	0,722
Conquista	0,684	0,714	Sacramento	0,675	0,726
Coromandel	0,663	0,73	Santa Juliana	0,675	0,726
Cruzeiro da Fortaleza	0,671	0,72	Santa Rosa da Serra	0,627	0,695
Delta	0,628	0,672	Santa Vitória	0,652	0,718
Douradoquara	0,636	0,704	São Francisco de Sales	0,651	0,711
Estrela do Sul	0,593	0,694	São Gotardo	0,676	0,739
Fronteira	0,667	0,693	Serra do Salitre	0,647	0,722
Frutal	0,692	0,73	Tapira	0,641	0,759
Grupiara	0,592	0,679	Tiros	0,628	0,703
Guimarânia	0,649	0,681	Tupaciguara	0,662	0,711
Gurinhata	0,642	0,691	Uberaba	0,738	0,772
Ibiá	0,736	0,736	Uberlândia	0,734	0,776
Indianópolis	0,664	0,664	União de Minas	0,625	0,684
Ipiacu	0,67	0,68	Veríssimo	0,669	0,683

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

A Tabela 10 evidencia os dados do IDHM Longevidade 2000 e 2010 para o Brasil, Minas Gerais, e municípios do TMAP:

Tabela 10 – IDHM Longevidade 2000 e 2010 para o Brasil, Minas Gerais e municípios do TMAP

Unidade Territorial	IDHM Longevidade (2000)	IDHM Longevidade (2010)	Unidade Territorial	IDHM Longevidade (2000)	IDHM Longevidade (2010)
Brasil	0.727	0.816	Iraí de Minas	0.76	0.847
Minas Gerais	0.759	0.838	Itapagipe	0.816	0.861
Abadia dos Dourados	0.799	0.839	Ituiutaba	0.787	0.84
Água Comprida	0.82	0.86	Iturama	0.799	0.848
Araguari	0.815	0.871	Lagoa Formosa	0.795	0.832
Araporã	0.79	0.813	Limeira do Oeste	0.799	0.834
Arapuá	0.81	0.871	Matutina	0.799	0.859
Araxá	0.771	0.858	Monte Alegre de Minas	0.757	0.848
Cachoeira Dourada	0.787	0.85	Monte Carmelo	0.766	0.868
Campina Verde	0.83	0.868	Nova Ponte	0.806	0.835
Campo Florido	0.771	0.858	Patos de Minas	0.816	0.855
Campos Altos	0.827	0.86	Patrocínio	0.823	0.852
Canápolis	0.791	0.872	Pedrinópolis	0.8	0.855
Capinópolis	0.787	0.841	Perdizes	0.8	0.88
Carmo do Paranaíba	0.829	0.861	Pirajuba	0.806	0.858
Carneirinho	0.8	0.873	Planura	0.797	0.852
Cascalho Rico	0.815	0.845	Prata	0.757	0.852
Centralina	0.751	0.853	Pratinha	0.827	0.871
Comendador Gomes	0.812	0.85	Rio Paranaíba	0.775	0.855
Conceição das Alagoas	0.771	0.862	Romaria	0.76	0.813
Conquista	0.771	0.877	Sacramento	0.806	0.871
Coromandel	0.826	0.86	Santa Juliana	0.8	0.868
Cruzeiro da Fortaleza	0.804	0.832	Santa Rosa da Serra	0.79	0.866
Delta	0.771	0.808	Santa Vitória	0.787	0.865
Douradoquara	0.804	0.847	São Francisco de Sales	0.815	0.867
Estrela do Sul	0.799	0.84	São Gotardo	0.792	0.855
Fronteira	0.816	0.871	Serra do Salitre	0.76	0.852
Frutal	0.83	0.865	Tapira	0.806	0.847
Grupiara	0.799	0.844	Tiros	0.804	0.852
Guimarânia	0.81	0.825	Tupaciguara	0.815	0.863
Gurinhata	0.787	0.865	Uberaba	0.816	0.845
Ibiá	0.791	0.877	Uberlândia	0.802	0.885
Indianópolis	0.79	0.834	União de Minas	0.742	0.829
Ipiacu	0.787	0.814	Veríssimo	0.82	0.869

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

Conforme revela a Tabela 10, o IDHM Longevidade tanto do país, quanto do estado, e dos sessenta e seis municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba experimentaram elevação entre 2000 e 2010, sendo que em Conquista foi o local em que o índice mais cresceu, saindo de 0,771 para 0,877, em seguida em Centralina e Monte Carmelo.

O município que apresentou maior IDHM Longevidade em 2000 foi Campina Verde, seguido de Frutal, e Carmo do Paranaíba. Os municípios maiores, em termos populacionais, como Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Ituiutaba e Araguari ocuparam as seguintes posições no ranking respectivamente: 28^a, 13^a, 12^a; 51^a, e 14^a.

Já em 2010 o cenário se modificou de forma significativa, de modo que Uberlândia passou a apresentar o maior IDHM Longevidade, seguido por Perdizes e Ibiá. Os cinco maiores municípios em termos populacionais, Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Ituiutaba, e Araguari, passaram a ocupar as seguintes colocações, respectivamente: 1^a, 49^a, 32^a, 54^a, 9^a.

Outro aspecto interessante a se ressaltar sobre o IDHM Longevidade é que no ano 2000, todos os municípios do TMAP apresentaram o subíndice mais elevado do que o do país. Já no ano 2010, apenas os municípios de Ipiacu, Araporã, Romaria, e Delta, evidenciaram IDHM Longevidade inferior ao exibido pelo Brasil.

Já com relação a Minas Gerais, 62 dos 66 municípios do TMAP obtiveram um subíndice mais elevado que o do estado no ano 2000. Os únicos quatro que não o fizeram foram: Prata, Monte Alegre de Minas, Centralina, e União de Minas. Contudo, em 2010 o IDHM longevidade do estado cresceu mais do que em alguns municípios da mesorregião o que fez com que, ao invés de quatro, 11 municípios do TMAP apresentassem um subíndice inferior ao de Minas Gerais: Nova Ponte, Limeira do Oeste, Indianópolis, Cruzeiro da Fortaleza, Lagoa Formosa, União de Minas, Guimarães, Ipiacu, Araporã, Romaria, e Delta.

Já a Tabela 11 apresenta os dados do IDHM Educação para o ano 2000 e 2010, novamente para o Brasil, Minas Gerais, e municípios do TMAP. É possível notar que todos os IDHMs Educação elevaram-se substancialmente entre 2000 e 2010, já que em no primeiro ano em questão, nenhum deles superava 0,600 (nível médio). A maior variação positiva ocorreu no município de Pratinha, cujo índice em 2000 era 0,348 e salta para 0,607 em 2010. Em seguida, os municípios de Santa Vitória e União de Minas apresentaram os índices que mais se elevaram nessa dimensão.

O maior IDHM Educação no ano 2000 foi o do município de Uberlândia (0,587), seguido por Araxá (0,582) e Grupiara (0,575). No ano de 2010, Uberlândia se manteve na primeira posição do ranking, porém com um índice bem mais elevado que no ano 2000, qual seja: 0,716. Em seguida, os municípios que apresentaram os maiores índices foram: Araguari (0,716), Araxá (0,709), Uberaba (0,705), e Patos de Minas (0,698).

A tabela também permite notar que no ano 2000, 24 dos 66 municípios do TMAP apresentavam IDHM Educação superior ao do país, e 18 maiores que o do estado de Minas Gerais. Em 2010, percebe-se que o subíndice do país e do estado elevaram-se mais do que em alguns dos municípios do TMAP, de modo que apenas 10 municípios evidenciaram IDHM Educação superior ao estado e do país, tendo sido eles, em ordem decrescente: Uberlândia, Araguari, Araxá, Uberaba, Patos de Minas, Grupiara, Iturama, Cachoeira Dourada, Araporã, Ituiutaba.

Tabela 11 – IDHM Educação 2000 e 2010 para o Brasil, Minas Gerais e municípios do TMAP.

Unidade Territorial	IDHM Educação (2000)	IDHM Educação (2010)	Unidade Territorial	IDHM Educação (2000)	IDHM Educação (2010)
Brasil	0.456	0.637	Iraí de Minas	0.461	0.563
Minas Gerais	0.47	0.638	Itapagipe	0.457	0.603
Abadia dos Dourados	0.387	0.563	Ituiutaba	0.508	0.644
Água Comprida	0.401	0.498	Iturama	0.528	0.674
Araguari	0.533	0.716	Lagoa Formosa	0.409	0.582
Araporã	0.41	0.646	Limeira do Oeste	0.406	0.62
Arapuá	0.493	0.608	Matutina	0.382	0.552
Araxá	0.582	0.709	Monte Alegre de Minas	0.432	0.516
Cachoeira Dourada	0.449	0.648	Monte Carmelo	0.428	0.62
Campina Verde	0.427	0.562	Nova Ponte	0.416	0.562
Campo Florido	0.411	0.558	Patos de Minas	0.542	0.698
Campos Altos	0.429	0.582	Patrocínio	0.488	0.628
Canápolis	0.375	0.598	Pedrinópolis	0.561	0.631
Capinópolis	0.478	0.601	Perdizes	0.375	0.571
Carmo do Paranaíba	0.471	0.571	Pirajuba	0.472	0.588
Carneirinho	0.421	0.622	Planura	0.448	0.597
Cascalho Rico	0.457	0.604	Prata	0.377	0.536
Centralina	0.41	0.558	Pratinha	0.348	0.607
Comendador Gomes	0.437	0.566	Rio Paranaíba	0.365	0.575
Conceição das Alagoas	0.41	0.57	Romaria	0.393	0.604
Conquista	0.441	0.618	Sacramento	0.456	0.619
Coromandel	0.509	0.565	Santa Juliana	0.448	0.558
Cruzeiro da Fortaleza	0.486	0.562	Santa Rosa da Serra	0.421	0.583
Delta	0.356	0.481	Santa Vitória	0.352	0.576
Douradoquara	0.441	0.591	São Francisco de Sales	0.433	0.528
Estrela do Sul	0.414	0.579	São Gotardo	0.46	0.632
Fronteira	0.45	0.53	Serra do Salitre	0.414	0.549
Frutal	0.462	0.615	Tapira	0.374	0.561
Grupiara	0.575	0.682	Tiros	0.398	0.532
Guimarânia	0.439	0.592	Tupaciguara	0.473	0.605
Gurinhata	0.401	0.525	Uberaba	0.55	0.705
Ibiá	0.471	0.573	Uberlândia	0.587	0.716
Indianópolis	0.359	0.554	União de Minas	0.327	0.534
Ipiacaçu	0.463	0.61	Veríssimo	0.315	0.501

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IEUFU.

Considerações Finais:

Antes de tudo, são reconhecidas de imediato as limitações que esta primeira análise dos dados apresentou, mas, por outro lado, chama-se atenção para a base que esse trabalho consolidará para que outros esforços de apreensão mais dinâmica e profunda do tema na mesorregião sejam buscados a partir de então, ou seja, acrescentando-se novas variáveis à análise, ou estabelecendo conexões mais precisas com outros elementos que garantirão uma compreensão mais minuciosa dos resultados encontrados.

Em linhas gerais, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um indicador que, no Brasil, segue os padrões do IDH Global; é calculado pelo PNUD em conjunto com o IPEA e a

Fundação João Pinheiro, os quais utilizam para tanto as informações censitárias. Por essa razão o índice encontra-se disponível para 1991, 2000 e 2010. Além disso, conforme foi exposto ao longo desse trabalho, o IDHM é construído com vistas a refletir três dimensões importantes da vida econômica-social: a longevidade, referindo-se à obtenção de uma vida longa e saudável; a renda, traduzindo o padrão de vida dos habitantes; e a educação, apreendida em termos de acesso ao conhecimento pelos cidadãos da localidade em questão.

Como foi discorrido ao início desta seção, ocorreu uma elevação significativa no Índice de Desenvolvimento Humano em todas as unidades da federação, bem como no Brasil, entre 2000 e 2010. No caso do país, essa melhora no IDHM foi representada por uma variação de aproximadamente 19%, e no estado de Minas Gerais de 17%. Em ambos os casos, considerando a classificação por faixas de IDHM da forma como colocada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁸, o índice saiu da faixa de nível médio de desenvolvimento, para a faixa de nível alto.

Com relação às três dimensões analisadas pelo índice, as quais dão origem aos subíndices (IDHM Renda, IDHM Longevidade, e IDHM Educação), é possível observar a ocorrência de elevações significativas em todas elas, quando comparados os subíndices no ano 2000 vis-à-vis 2010, sendo que a dimensão da educação foi a que apresentou os maiores incrementos, chegando no caso de alguns estados a uma variação de aproximadamente 84%.

Ainda no âmbito do país, e das unidades da federação, notou-se que o IDHM Renda no Brasil era de 0,692 no ano 2000, e passou a 0,739 em 2010 (uma elevação de 7%), ao passo que no estado de Minas Gerais o índice também apresentou um incremento de aproximadamente 7%, passando de 0,680 no ano 2000 para 0,730 em 2010. A colocação do estado entre as outras unidades da federação foi de 11º maior IDHM Renda, tanto em 2000, quanto em 2010.

O subíndice IDHM Longevidade para o Brasil em 2000 foi de 0,727, classificado, portanto, como alto; e em 2010 registrou-se 0,816, o que evidenciou, por conseguinte, uma variação de aproximadamente 12%, levando-o à faixa dos classificados como muito alto. Em Minas Gerais o subíndice foi de 0,759 em 2000, e 0,838 em 2010, o que denota o mesmo salto de faixa verificado no país: de alto para muito alto.

Os bons resultados apresentados pela dimensão Longevidade ligam-se inexoravelmente à redução da mortalidade infantil e se encontram em consonância com a maior expectativa de vida do brasileiro ao nascer, fatores que resultam, em boa medida, dos gastos públicos em saúde, e atestam a importância destes para o desenvolvimento humano.

O IDHM Educação no Brasil era de 0,456 em 2000, e passou a 0,637 em 2010, o que representou uma variação percentual de aproximadamente 40%, e que permitiu ao país sair da

⁸ Conforme estabelecido no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, há cinco faixas para o IDHM: muito baixo (de 0 a 0,499); baixo (de 0,500 a 0,599); médio (de 0,600 a 0,699); alto (de 0,700 a 0,799); e muito alto (0,800 ou mais)

classificação de muito baixo para médio. No estado de Minas Gerais, o subíndice era de 0,470 em 2000, e de 0,638 em 2010, o que implicou em uma variação de cerca de 36%, e assim como no caso do Brasil, em uma ascensão da faixa de muito baixo para a de médio.

Essa mudança de faixa já denota uma importante melhora, a qual foi especialmente impactada pela maior inserção das crianças na escola, ou seja, pelo subíndice de frequência escolar, o qual compõe o IDHM Educação. O aumento do índice de escolaridade e também do de frequência escolar, são produtos de uma transformação significativa na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos resultantes de um relevante processo de investimento público em educação.

Todavia, convém destacar que, embora o IDHM Educação reflita, certamente, uma mudança positiva em termos quantitativos, em termos qualitativos, ou seja, da qualidade da educação, faz-se necessário o uso de outros indicadores (como o IDEB, por exemplo) para apreensão do cenário numa dimensão de resultados que extrapole apenas a possibilidade de “acesso ao conhecimento”, mas que apreenda a eficácia com que esse conhecimento está sendo, de fato, adquirido por seus cidadãos.

Olhando especificamente para a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (uma das doze mesorregiões que compõem o estado de Minas Gerais), em consonância com o verificado no âmbito do país, e também do estado, percebeu-se a ocorrência de uma significativa melhora nos Índices de Desenvolvimento Humano entre 2000 e 2010, de modo que houve uma clara transformação quando seus municípios foram agrupados por meio da classificação por faixas de IDHM (Muito Baixa, Baixa, Média, Alta, Muito Alta).

Ressalta-se que, tanto em 2000, quanto em 2010, não houve nenhum município classificado nas seguintes faixas de IDHM: muito baixo, e muito alto. Em 2000, observou-se a presença de alguns classificados na faixa de baixo IDHM, além do fato de que a maior parte se enquadrava na faixa de nível médio. Porém, em 2010 ocorreu uma reversão substancial desse quadro, com a ascensão de boa parte dos municípios a faixas superiores. Assim, verificou-se que neste ano só havia municípios classificados na faixa de IDHM médio e alto, e a maioria deles se encontrava nesta última.

Dentre os municípios do TMAP o maior IDHM tanto em 2000, quanto em 2010, foi apresentado por Uberlândia, o maior município da mesorregião em termos populacionais. Já o menor correspondeu ao de União de Minas em 2000, e a Delta em 2010. Também cabe ressaltar que os maiores incrementos no índice entre 2000 e 2010 foram apresentados, respectivamente, pelos seguintes municípios: Canápolis (26,7%), União de Minas (26,1%), e Pratinha (25,8%); ao passo que a menor variação ocorreu em Coromandel (8,6%).

Com relação às dimensões do IDHM, quais sejam, Renda, Longevidade e Educação, notou-se um significativo incremento em todas elas, e em especial no IDHM Educação que era muito

baixo no ano 2000 em todos os municípios do Triângulo Mineiro, bem como no estado de Minas Gerais e no Brasil. O IDHM Longevidade apresentou elevados números para todos os municípios da mesorregião do TMAP, e ainda apresentou aumento no ano 2010. O IDHM Renda também experimentou incremento significativo na maior parte dos municípios, com exceção de Araporã, para o qual o índice decresceu, e Ibiá e Indianópolis, para os quais se manteve estável.

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES

Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1J – Sala 1J 132
Campus Santa Mônica CEP: 38.400-902. Uberlândia – Minas Gerais.

Fone: (34) 3239-4157 / (34) 3239-4321 / Fax: (34) 3239-4321

Site: <http://www.ie.ufu.br/cepes>

e-mail: cepes@ufu.br